

LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DA ARQUITETURA URBANA DE IJUÍ CONSTRUÍDA ENTRE OS ANOS DE 1890 E 1960: INVENTÁRIO PARA A SUSTENTABILIDADE DA CIDADE

MELLO, Cláudio Renato de Camargo

Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta, Unicruz. Mestrando do PPGPPC da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. arqmel@hotmail.com

SAAD, Denise de Souza

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – PPGPPC, UFSM. dssaad1@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo ampliar os conhecimentos referentes à arquitetura urbana na cidade de Ijuí no Rio Grande do Sul, promovendo a divulgação da produção arquitetônica regional e verificando se a diversidade de origem dos habitantes do município teve influência direta em sua produção arquitetônica. Para tanto foram selecionadas vinte edificações, em que foram realizados os levantamentos, cujo recorte se dá em um período de setenta anos – de 1890 a 1960. A partir do mapeamento de alguns exemplares significativos, espera-se dar início a um processo que nos conduza a um futuro inventário sustentável para o município, na busca do elo existente entre a cidade e sua evolução histórica, onde a preservação da paisagem urbana seja vista como um bem representante das raízes da identidade cultural desta população.

Palavras-chave: Preservação, Inventário, Sustentabilidade.

Abstract: The present paper aims to increase knowledge relating to the urban architecture at Ijuí city, in Rio Grande do Sul, promoting the dissemination of regional architectural production and verifying the diversity of origin of the inhabitants of the city had a direct influence on his architectural production. Therefore, we selected twenty buildings, where surveys were conductes, whose clipping occurs in a seventy years – from 1890 to 1960. From the mapping of some significant samples, it is expected to initiate a process that will lead to a sustainable future inventory for the city of Ijuí, looking for the link between the city and its historical evolution, where the preservation of the urban landscape is seen as a good representative of the roots of the cultural identity of this population.

Keywords: Preservation, Inventory, Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação privilegia o patrimônio arquitetônico e define uma região específica do Rio Grande do Sul. Polarizada pelo atual município de Ijuí, a região pesquisada

localiza-se no setor noroeste deste Estado, e sua colonização teve início a partir de 1878, por meio de imigrantes que reemigraram de outras colônias.

Os bens materiais e imateriais muitas vezes deixam de ter o devido reconhecimento por parte da sociedade pela falta de conhecimento do valor dos mesmos, nos impedindo até de zelar por sua preservação. Nesse sentido, por ser a arquitetura gaúcha ainda hoje uma temática pouco estudada, o município de Ijuí demonstra conter um precioso acervo a ser conhecido e analisado. Ao considerar-se o período estudado, de 1890 a 1960, verifica-se que a arquitetura brasileira desenvolveu-se em meio a um complexo processo cultural, e os arquitetos imigrantes e brasileiros sempre contribuíram para a ruptura das formas e estilos consagrados.

Em uma perspectiva histórico-cultural, a preservação do patrimônio cultural assegura a continuidade da história, salvaguardando os costumes e tradições locais, além de estabelecerem bases de apoio a políticas de desenvolvimento sustentáveis. Nesta direção, as edificações de época do município de Ijuí, em grande maioria, inseridas na área central da cidade, acabam por sofrer grande desvalorização, em um entorno urbano imediato, que, pela especulação imobiliária descontrolada, converte o solo urbano em um dos bens mais lucrativos, dando lugar às novas construções.

Considerando-se que, o patrimônio edificado é o elemento através do qual as cidades se distinguem fisicamente umas das outras, é urgente que se tomem medidas de conservação, no sentido de proteger os bens do patrimônio à medida que a cidade antiga e a cidade moderna sejam pensadas conjuntamente, de forma a assegurar a participação da população nos processos de decisão, a fim de que a mesma construa uma identidade com o patrimônio.

Neste sentido, a relevância do presente trabalho reside na constatação de que, dada a importância do município de Ijuí no contexto do estado do Rio Grande do Sul e pelas peculiaridades de seu povoamento, os pesquisadores ainda têm muito a dizer frente ao entendimento dessa realidade, que pela sua complexidade é passível de ser reinterpretada em um processo histórico em movimento, que considera o homem e suas múltiplas facetas; o espaço, que efetivamente condiciona a ação deste homem e o tempo, cuja ação é transformadora.

A partir da ponderação de que a arquitetura é uma das principais manifestações de suma importância para a análise e entendimento da história das cidades, torna-se fundamental antes de qualquer ação preservacionista, a realização de um inventário arquitetônico, envolvendo a coleta de dados, o levantamento de campo, o registro e a identificação dos bens patrimoniais a serem reconhecidos e protegidos. Nesta direção, não se pode deixar de considerar também que a realização de um inventário deve extrapolar a condição de ser

apenas um registro, mas também deve articular-se às políticas e planos constantes no Plano Diretor do município.

Desta maneira, pela identificação dos diversos códigos culturais que emanam dos diferentes grupos sociais que compõe a complexidade étno-cultural do município de Ijuí, denota-se que enquanto classes elitizadas utilizam símbolos, elementos e adereços da cultura, muito mais por questões de status social do que por identificação, é na massa economicamente menos favorecida – que se define como herdeira desta cultura – que percebemos um significado emocional, um sentimento de pertencimento e identificação a uma determinada cultura que a memória cristalizou.

Assim, os símbolos, e elementos específicos de cada cultura acabam por originar a identidade de cada etnia, dando visibilidade e viabilizando sua transmissão via paisagens, arquitetura, gastronomia, vestuários típicos, enfim, códigos visíveis e não visíveis, responsáveis pela materialização da cultura no espaço e consequentemente, pela constituição dos lugares de memória e dos patrimônios culturais.

A urbanização do Rio Grande do Sul, sobretudo quando se trata de municípios específicos, é um território pouco desbravado pela historiografia e, sendo o município de Ijuí nosso objeto de pesquisa, constata-se que falta a seus cidadãos o elo que os liga aos que os antecederam, fato que sem dúvida contribui para a sua identificação no meio em que está inserido. Desta maneira, a valorização dos espaços urbanos e arquitetura não devem ser um mero retorno ao passado, que utiliza a história como um receituário teórico ou uma fonte de abastecimento de elementos formais.

Para além da realização de um inventário, o tema proposto envolve a programação de ações no âmbito da educação patrimonial como forma de aproximar os cidadãos e o patrimônio cultural, promovendo sua identificação com os mesmos. Desta maneira, entende-se estar contribuindo significativamente ao cerceamento de uma grande lacuna, no que diz respeito ao pouco conhecimento das populações com a sua própria história, a fim de que as mesmas possam valorizar o que sentem que é seu, em uma perspectiva onde o monumento é uma espécie de antepassado da comunidade onde está inserido.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Breve contextualização da arquitetura brasileira entre os séculos XIX e XX

A arquitetura foi expressão de progresso e instrumento para a modernização durante os períodos Colonial, Imperial e Republicano. Contou com o apoio dos governantes - a partir de

1808, com o rei de Portugal, dom João VI, prosseguindo com os imperadores dom Pedro I e dom Pedro II e, mais tarde, desde o ditador Getúlio Vargas até o presidente Juscelino Kubitschek. Mereceu também o apoio de intelectuais e artistas que atuaram na Semana de Arte Moderna, em 1922, no Salão de 31, no Cinema Novo, em 1960, e na resistência à ditadura militar, nas décadas de 70 e 80.¹

A importância do papel da ocupação holandesa na formação das cidades do Recife e São Luís, no século XVIII, foi o germe das condições e das principais origens da modernidade na configuração do espaço físico-político brasileiro, consolidando, no século XIX, as propostas da Missão Francesa. Até o final da década de 20 a Escola Nacional de Belas Artes e os arquitetos estão às voltas com o neocolonial como alternativa à importação de modelos estilísticos do passado.²

A chegada da Missão Artística Francesa ao Brasil, durante o século XIX, deu as feições neoclássicas às residências particulares e aos edifícios públicos. Ao final deste mesmo século, o predomínio do ecletismo na persistência simultânea dos modelos coloniais, neoclássicos e no Art Nouveau, representados nos arquitetos Victor Dubugras e Carlos Eckman. Desta forma, o ecletismo consolida sua posição como linguagem adequada da expressão da época, visto que, seguindo as vanguardas européias, renovou a cidade e a arquitetura do século XIX.

Weimer (1987) alerta para o fato de que:

Como o conceito de ecletismo abarca, indistintamente, qualquer linguagem estilística do passado, sua abrangência torna-se demasiado ampla. Delimita um contorno, mas não explicita o conteúdo. [...] Se na Europa houve uma evolução linear que levou o que eles chamam de ecletismo, aqui se manifestou como uma enxurrada de tendências assistemáticas e contraditórias. Se a teoria foi a mesma, o contexto no qual ela germinou e frutificou foi totalmente diverso. Assim, se [...] substituíssemos a palavra ecletismo por historicismo, em cujas adjetivações (classicista, goticista, etc.) poderiam ser definidos melhor os conteúdos dominantes [...] seria apenas a substituição de um rótulo por outro [...] é mais importante nos preocuparmos com o processo do que com os resultados (WEIMER, 1987, p. 258).

Na década de 20, com o arquiteto russo Gregori Warchavchik e com o arquiteto brasileiro Rino Levi, chegaram ao Brasil às concepções arquitetônicas mais avançadas do século XX. Contratado para trabalhar em São Paulo, no final da década de 20, pelo grupo Simonsen, Warchavchik projetou e construiu a Casa Modernista – marco inicial das transformações.

¹ DE GUIMARAENS, Cessa. Disponível em www.mre.gov.br. Capturado online em 29 de abril de 2005.

² Ibidem.

Cem anos após a proclamação da independência, a Semana de Arte Moderna souo como uma nova proclamação. [...] Ao combater os velhos preconceitos e o ecletismo dominante, através de uma ousada exposição de pinturas e de esculturas de vanguarda, e de uma série de conferências e recitais de dança e música realizados no imponente Teatro Municipal de São Paulo, anunciou alto e bom som, ‘o espírito dos novos tempos’. Mas apesar de tudo a Semana era também uma importação européia. [...] De toda forma, a Semana de Arte Moderna trouxe consigo o germe de um autêntico renascimento que, com o tempo, iria estabelecer uma relação com os mais altos valores da vida brasileira, com as fontes do passado, com a terra e com o povo (MINDLIN, 2000, Pp. 25-6).

Miranda (2010) destaca que a arquitetura moderna é a expressão visível da unidade entre a arte, a ciência e a indústria. A novidade do movimento moderno residiu no uso dos novos materiais de técnicas de construção tornadas disponíveis pelo desenvolvimento industrial. Se o modernismo é parte e reflexo do avanço científico e tecnológico, da era do ferro, do aço e das telecomunicações, a arquitetura é a área da produção cultural em que arte e técnica - modernismo e modernidade - são obrigadas a se unir.³

Canez (1998) esclarece que a arquitetura erudita brasileira, produzida a partir da década de trinta, época da ascensão de Getúlio Vargas à presidência e transição de dois grandes ciclos – da República Velha à Nova –, atravessou um período de extraordinários acontecimentos que se desencadearam alicerçados pela influência modernista européia. Este modernismo se apoiava em conceitos identificados com mudanças sociais, conquistas tecnológicas e com vontade estética emergente. Entretanto as inovações transladadas do contexto europeu ao contexto brasileiro suscitaram novas respostas, dadas as particularidades de nossa cultura e dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do momento. Os estudos sobre a arquitetura moderna desenvolvida em torno e a partir da década de trinta não são poucos, principalmente tratando-se da arquitetura paulista e carioca, em parte para preconizar e desenvolver este processo, porém deixaram em aberto estudos pormenorizados da arquitetura moderna gaúcha como importantes manifestações da arquitetura brasileira e merecedoras também de atenção.⁴

Especificamente ao nosso objeto de estudo, Lazzarotto (2002) assinala que:

O início da colonização de Ijuí foi orientado pelo engenheiro José Manuel da Siqueira Couto, que era chefe da Comissão de Terras de Silveira Martins. [...] O primeiro relatório de Augusto Pestana foi o de 1899, no entanto, o de 1900 apresenta dados do 2º recenseamento realizado em Ijuí. Relativamente as edificações, este

³MIRANDA, S. M. Cataguases: **Um olhar sobre a modernidade**. Disponível em www.asminasgerais.com.br. Capturado online em 20 de outubro de 2010.

⁴CANEZ, A.P. **Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre/Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 1998. p. 16.

autor relata que de acordo com o referido relatório, [...] o estado possuía cinco prédios: a casa do escritório, a escola, o barracão, a casa do farmacêutico e a do médico. Em bom estado só o barracão, reconstruído em 1899, e a escola, que foi reformada. Duas casas serviram de templos provisórios para católicos e evangélicos. Na área urbana havia 65 casas de alvenaria e 72 de tábuas (estando em construção 11 de alvenaria e quatro de tábuas), enquanto nos lotes rústicos havia 858 casas de tábuas, 31 de alvenaria e 153 de pau-a-pique (LAZZAROTTO, 2002, Pp. 73-7).

Neste contexto, pretende-se interpretar, a partir de uma análise compositiva, a arquitetura do município de Ijuí, no recorte estudado, relacionando suas características estéticas e funcionais aos diferentes períodos em que foi produzida, com vistas a criar instrumentos de gestão participativa da política de preservação do patrimônio, uma vez que, passados pouco mais de 120 anos da fundação da Colônia de Ijuí, tais práticas e seus reflexos na gestão do patrimônio urbano da cidade são praticamente inexistentes.

2.2 Histórico do município de Ijuí

Sendo necessário imprimir-se maior impulso ao serviço de medição de lotes [...] e convindo ativar os trabalhos que, sob vossa zelosa direção, se estão executando em Ijuí Grande, cujo núcleo convém quanto antes inaugurar, vos declaro que podeis fazer seguir para aquela localidade, os empregados que forem necessários para se medir, no menor prazo possível, o maior número de lotes coloniais (LAZZAROTTO, 2002, p. 46).

A Colônia⁵ de Ijuhy⁶, fundada em 19 de outubro de 1890 (contando já com 18 etnias), por iniciativa do governo estadual, na orla inferior da floresta subtropical do planalto, entre os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, Tupanciretã e Palmeira das Missões, significou o início da ocupação das últimas áreas disponíveis no Rio Grande do Sul, para onde eram enviados imigrantes recém chegados da Europa.

Nesta perspectiva, Ijuí caracteriza-se pela sua diversidade étnica, social e religiosa, expressa na origem de seus habitantes, onde a evolução da arquitetura no processo histórico revela em que condições – políticas, econômicas e sociais – a distribuição do espaço ocorreu, bem como reflete a arquitetura produzida no período estudado, apresentando características estilísticas predominantes na Europa.

Lazzarotto (2002) elucida que um dos problemas que preocupou os historiadores que escreveram sobre o início da colonização de Ijuí foi saber o nome e a origem dos imigrantes

⁵ O termo “colônia” designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo “colônia” também é usado para designar a propriedade agrícola do colono. (SEYFERTH, 1990, p.25.)

⁶ No presente trabalho, a grafia *Ijuhy* será utilizada para se referir à Ijuí do passado (de acordo com a grafia que aparece em todos os documentos até a década de 40). A grafia atual, Ijuí, designa o município na atualidade.

que testemunharam a fundação da colônia... a chegada de colonos que reemigravam das colônias velhas, oriundos, sobretudo de Caxias, Conde D'Eu e Silveira Martins, dos quais a única referência disponível é o Cadastro da Dívida Colonial, do arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana - MADP, que fornece o nome do primeiro ocupante de cada lote, no entanto, grande número comprou lotes já registrados.⁷

Historicamente, o nome Ijuhy (hoje Ijuí), foi revestido de várias acepções. O significado do nome Ijuí, na língua Guarani, significa *Rio das Águas Claras* ou *Rio das Águas Divinas*, por terem sido os povos indígenas os primeiros habitantes da região, seguido pelos imigrantes de origem afro-brasileiros.⁸

Desta maneira, se dá o início da grande miscigenação de etnias que caracteriza o município como *Terra das Culturas Diversificadas*, por estarem presentes em sua população “alemães, teuto-russos, poloneses, italianos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses, espanhóis, e, pouco depois, uma geração moça, excedente das *colônias velhas*, isto é, das áreas ocupadas por alemães e italianos a partir de São Leopoldo e Caxias do Sul.”⁹

Bastante integrados culturalmente, estes grupos étnicos, em uma escala de preponderância, contam em maior número com os descendentes de portugueses com brasileiros, seguidos pelos imigrantes alemães, italianos e poloneses. Em número menor estão os imigrantes letos, austríacos, holandeses, árabes, japoneses, africanos, espanhóis e suecos.

O nome Ijuhy foi o nome dado pelos índios guaranis ao rio que perpassa o município. O seu significado varia conforme a grafia que se lhe dá. Escrevendo “Ïhjuí” entende-se “rio das rãs”, talvez o significado original; “Juhy” significaria “rio dos espinhos”; “Jujhy”, “rio dos pintassilgos”; mas “Ijuhy”, a grafia que aparece em todos os documentos até a década de 1940, só pode significar “rio das águas divinas” ou “rio da abelha divina”.¹⁰ Cabe ressaltar que na época, Ijuhy fazia parte do quinto distrito de Cruz Alta.

A cidade de Ijuí também ficou conhecida como *Colmeia do Trabalho*, título este escolhido através de um concurso promovido pelo Jornal Correio Serrano no ano de 1944: “O nome simbólico escolhido em 06/10 de 1944 para a nossa querida Ijuí foi *Colmeia do Trabalho*, nome conservado até hoje, que bem sintetiza o labor constante e progressivo do povo de nossa terra”¹¹

⁷ LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

⁸ Disponível em <http://www.projetos.unijui.edu.br>. Capturado online em 15/06/2011.

⁹ MARQUES, M. O. GRZYBOWSKI, L. C. **História Visual da Formação de Ijuí, Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1990. pp. 9-10.

¹⁰ LAZZAROTTO, Danilo. **História de [...]**. Op. cit. p. 13.

¹¹ CORREIO SERRANO, 27 de outubro de 1944, p.5. *Apud* CREMONESE, 2006, p. 108. Conforme este autor, já encontramos registros deste codinome “colméia do trabalho” antes da referida data.

O município de Ijuí está localizado na Microrregião Geográfica de Ijuí, compondo, conjuntamente com outras microrregiões, a Mesorregião Geográfica do Noroeste riograndense.¹² Distanto pouco mais de 400 km da cidade de Porto Alegre, possuindo uma área territorial de aproximadamente 689 km² (em uma densidade demográfica de 114,51 hab/Km²), conta com uma população de 78.915 hab. (estimada em 79.160 pessoas no ano de 2011), de acordo com o censo de 2010¹³.

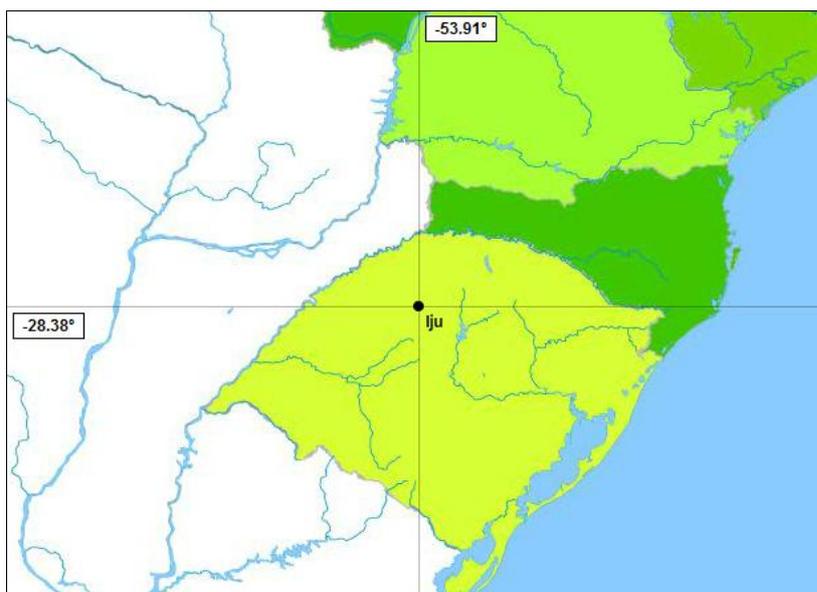


Figura 01: Mapa de localização da sede do município de Ijuí.
Fonte: IBGE, 2011.

Em conformidade com o mapa da figura 01, o território do município situa-se entre as coordenadas geográficas 28° 03' 27.658" Sul e 28° 32' 17.26" Sul de latitude; e 53° 41.74" Oeste e 53° 45' 41.74" Oeste e 54° 08' 43.85" Oeste de longitude, estando, a sede, a uma altitude de 328 metros acima do nível do mar (IBGE, 2011).

Os primeiros moradores de Ijuí foram os “caboclos”, luso-brasileiros ou mestiços que viviam da coleta de erva-mate e do cultivo de pequenas lavouras, posteriormente trabalharam também como peões na abertura e conservação de pequenas estradas (picadas). Essa população, que via de regra não se tornou proprietária das terras que ocupava e tão pouco as

¹² Cadernos Unijuí. **Região: questões conceituais e a prática da regionalização do RS.** Série Ciências Sociais, nº 22. Apud CREMONESE, Dejalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí – RS.** 2006, 265f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

¹³ IBGE, 2011

conservou, vendendo-as aos adventícios, passou a ser denominada de ‘nacional’, por oposição aos colonos estrangeiros, o mesmo, quando viviam em situação muito precária, “bugres”.¹⁴

O município faz limites ao norte com Municípios de Ajuricaba, Chiapetta e Nova Ramada; ao sul com Augusto Pestana, Boa Vista do Cadeado e Cruz Alta; ao leste com Bozano, Panambi e Pejuçara e, ao oeste, com Catuípe e Coronel Barros.

Com relação à formação administrativa do Município de Ijuí, o Distrito foi criado com a denominação de Ijuí, por atos municipais nºs 40-A, de 14-01-1890 e 1, de 12-02-1912, subordinado ao município de Cruz Alta. Elevado à categoria de município com a denominação de Ijuí, pelo decreto estadual nº 1814, de 31-01-1912, desmembrado de Cruz Alta. Sede no antigo distrito de Ijuí. Constituído do distrito sede. Instalado em 12-02-1912.

O atual município de Ijuí até a segunda metade do século XIX aproximadamente, era apenas uma zona de mata cerrada. Os primeiros registros sobre o município de Ijuí datam em torno de 1850, quando o governo da Província mandou abrir uma picada por entre a mata costeira do Rio Conceição, visando reduzir o trajeto entre Cruz Alta e Santo Ângelo, até então percorrido por campo, costeando a mata nativa. Para que fosse possível trafegar pela picada, instalaram-se peões responsáveis pelas periódicas limpezas, constituindo-se nos primeiros moradores permanentes. Assim, chamou-se o local de Picada Conceição, mais tarde Barreiro, em função de um lamaçal formado por uma vertente de água mineral.¹⁵

O início da colonização de Ijuí foi orientado pelo engenheiro José Manuel da Siqueira Couto, que era chefe da Comissão de Terras de Silveira Martins. Recém inaugurado o núcleo colonial, a Comissão de Terras foi transferida para Ijuí e, em ofício de 20/1/1891, Siqueira Couto recebeu ordens para providenciar a sede para a instalação da Comissão e “que os imigrantes se dirijam agora diretamente para Ijuí”.¹⁶

Uma das primeiras ruas a serem abertas quando da instalação da Colônia de Ijuhy, em 1890, foi a rua 7 de setembro e a partir da antiga colônia, configurou-se em um quadrado composto por oito quadras de cem por cem metros de cada lado, tendo como limites: ao Sul, a rua 21 de Abril (Travessão 18), ao Norte, a rua 12 de Outubro (Travessão 22), a Leste, a rua 13 de Maio (linha base) e a Oeste, a rua 19 de Outubro (linha 1 oeste) .

A partir da figura 02 percebe-se que a planta da cidade é cortada ao meio (no sentido leste/oeste) pelo travessão 20, atual rua do Comércio e avenida Coronel Dico. Aí se localiza a Praça da República (praça central), onde se localiza o Centro administrativo, social, comercial

¹⁴ WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: Unijui, 2002, p. 170.

¹⁵ Disponível em <http://www.projetos.unijui.edu.br>. Capturado online em 09/12/2011.

¹⁶ LAZZAROTTO, Danilo. **História de [...]**. Op. cit. p. 73.

e religioso da cidade. Em torno dela se organizaram o edifício da Comissão de Terras – que posteriormente foi Casa de Câmara e Cadeia e que atualmente abriga a Secretaria de Planejamento do município; a Prefeitura Municipal; as igrejas Católica e Evangélica, o Clube Ijuí, o Cine Teatro Serrano (onde por muitos anos funcionou a primeira escola pública da cidade, construída em 1893); entre outros.

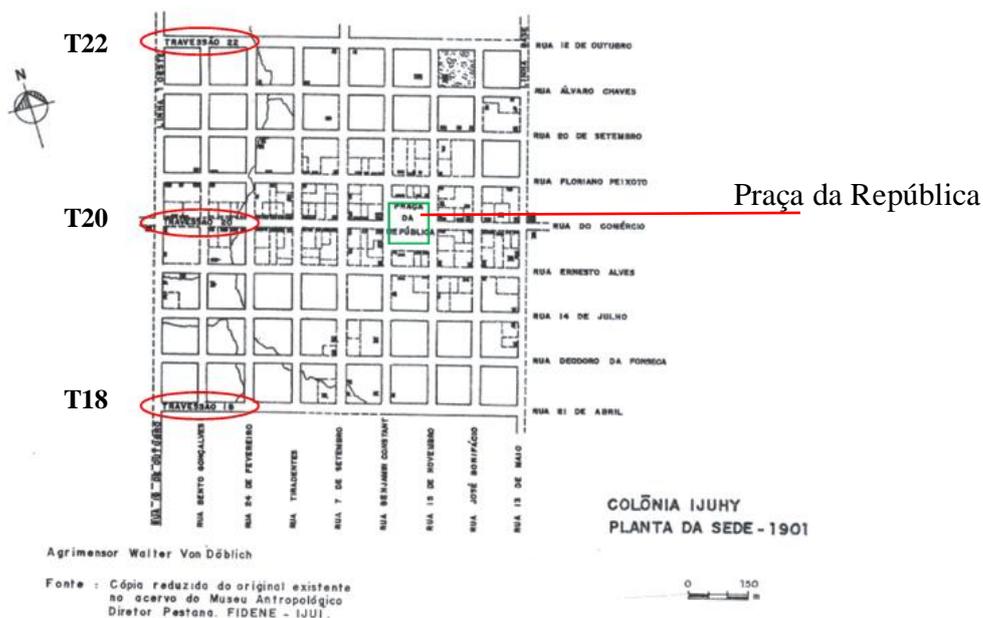


Figura 02: Mapa Colônia Ijuhy – Planta Sede - 1901
Fonte: Adaptado do Acervo do Museu Antropológico Doutor Pestana. FIDENE – Ijuí.

A expansão urbana da cidade ocorre a partir do traçado original, decorrente do prolongamento das ruas e delimitação de novos quarteirões para além dos limites iniciais. Todavia, devido a aspectos de ordem físico-naturais, econômicos e sociais, a expansão urbana acontece de modo heterogêneo e em todas as direções.

Se por um lado, a via férrea desempenhou um papel de atração para a expansão urbana, com a implementação de moradias e estabelecimentos industriais no município – de transformação e produtos coloniais – fazendo a ligação com a zona rural e outros municípios pela rua 19 de Outubro, por outro, funcionou como um obstáculo, uma vez que a passagem dos trilhos junto à acentuada topografia do terreno, dificulta até hoje o fluxo urbano no sentido oeste.

No século XIX surgiram os Códigos de Posturas ou as Posturas Municipais, originadas da necessidade de um novo delineamento jurídico que reestruturasse as relações sociais, as

relações de produção e a convivência nas cidades. O espaço urbano como causador de problemas humanos será alvo de legisladores, engenheiros, médicos e sanitaristas que criaram códigos e leis para coibir a proliferação de doenças e disciplinar o ambiente citadino e a população.

Nesta direção, em 1º de outubro de 1913, o primeiro projeto para o “Código de Posturas” do município de Ijuí, cuja fisionomia urbana é representada na figura 12, foi encaminhado pelo então Cel. Antônio Soares de Barros para apreciação pública e, em 14 de janeiro de 1919, foram promulgadas as emendas (Ato nº 225), de acordo com o projeto publicado em ato nº 215 de 25 de outubro de 1918.

Lazzarotto (2002) destaca que no ano de 1917, o então intendente Antonio Soares de Barros – O coronel Dico, por meio de financiamentos e empréstimos com o governo do Estado, empreendeu obras urbanas a exemplo do calçamento das ruas da praça de República e da assinatura de contrato para o fornecimento de luz elétrica na praça e na rua do Comércio – a principal rua da cidade.

Pelo decreto nº 5716, datado de 19 de outubro de 1934, a “Villa de Ijuhy” é elevada à categoria de cidade. A administração municipal, em curso há mais de trinta anos, foi complementada com a constituição da primeira Câmara de Vereadores, instalada em 24 de novembro de 1947 no Salão Nobre da Prefeitura Municipal. Em 20 de agosto de 1979, foram inauguradas as novas instalações da Câmara, onde funciona até hoje.

Na administração de Sadi Strapazzon – de 01/01/1969 a 31/1/1973 – foi elaborado e trabalhado por uma equipe pluridisciplinar, o Primeiro Plano Básico para o Desenvolvimento Municipal de Ijuí, entregue no Estado e a ser implementado com recursos municipais, a fim de dotar o município do instrumental necessário para que seu desenvolvimento e realizasse de maneira plena.

Com relação à Estrutura Urbana do município, o Plano contempla as seguintes proposições básicas: reforçar a posição de cidade central, desempenhada pro Ijuí em relação a seu “hinterland”; reforçar o polo central do núcleo urbano, como centro de vivência; estimular a localização de equipamento de natureza imediata nos centros distritais e nas áreas periféricas à área central tradicional; controlar a expansão caótica do núcleo urbano através da consolidação dos atuais limites e adoção de incentivos a expansão, atitude extensiva aos atuais distritos; elevar a densidade demográfica da cidade, definindo áreas prioritárias à ocupação e taxação adequada; fixar na cidade, um zoneamento de predominância, quando necessário à evitar possíveis incompatibilidades de funções e definir um sistema viário a nível

O perímetro do Centro Histórico do município de Ijuí é delimitado pelas ruas 19 de outubro e 13 de maio (no sentido norte-sul) e pelas ruas 12 de outubro e 21 de abril (no sentido leste-oeste). Nele estão inseridos a maioria dos edifícios inventariados na presente pesquisa.

No mapa da ocupação do município de Ijuí em 1988, estão demarcados o perímetro urbano, seus principais eixos viários, bem como os bairros e alguns dos principais edifícios e instituições, consolidadas no decorrer do tempo.

O acesso principal do município, que corta transversalmente a área urbana no sentido leste-noroeste, se dá pela Avenida Coronel Dico, que se estende até a Praça da República. A partir desta, configura-se a Rua do Comércio, que faz a ligação do centro da cidade com o Campus Universitário da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul.

Considerando-se que ao longo de sua história, o município de Ijuí passou por reestruturações territoriais, e que, as frentes colonizadoras e expansionistas no Rio Grande do Sul aceleraram o processo de ocupação do território, percebe-se um aumento significativo no número de municípios que em 1912 era de 68, passando para 507¹⁷, em 2011.

O processo de ocupação do território de Ijuí, derivado de um processo levado à frente pelo Estado, para onde aportou uma grande diversidade étnica, foi determinante na composição da estrutura desta sociedade. No período de 23 de novembro de 2009 a 23 de novembro de 2010, foi elaborada a proposta para o Plano Diretor Participativo do Município, contemplando a Gestão Administrativa e diretrizes de desenvolvimento para o território municipal, o Perímetro Urbano, o Uso e Ocupação do Solo Urbano, o Parcelamento do Solo Urbano, a Mobilidade Urbana e o Meio ambiente.

Entre os pontos de destaque da nova lei, o Plano Diretor Participativo – PDP atende ao Estatuto da Cidade e, portanto deve contar com a participação efetiva e o comprometimento da comunidade. Dentre os aspectos jurídicos, a atualização do PDP objetiva consolidar a legislação existente e complementá-la, desenvolver o Plano Diretor a partir do território municipal observando a realidade regional, utilizar linguagem jurídica de fácil interpretação e compreensão para o cidadão, além de dotar a Administração Municipal de instrumentos jurídicos para consolidar o desenvolvimento socioambiental e econômico do município.

¹⁷ FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social. IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza o município de Ijuí, nos aspectos relacionados à contextualização histórica e produção arquitetônica. Nesta direção, o recorte se dá em um período de setenta anos – de 1890 a 1960, desde a data da fundação da Colônia de Ijuhy, até o período do movimento modernista na arquitetura brasileira. A delimitação deste período justifica-se pelo fato de que nele encontra-se a maioria dos exemplares arquitetônicos do município que devem ser preservados, com características marcantes da arquitetura Eclética (historicista), Art Déco e Moderna (especialmente do primeiro modernismo).

A pesquisa realizada é do tipo aplicada, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, uma vez que considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Nesta direção, a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.¹⁸

A proposta metodológica divide o trabalho em etapas bem caracterizadas, que incluem como instrumentos de coleta de dados a revisão bibliográfica, a elaboração de listagem dos edifícios selecionados – com seus respectivos endereço, uso e ano de construção; o levantamento fotográfico (geral e de detalhes) e o levantamento físico das edificações selecionadas (medição com trena); a graficação do projeto arquitetônico (plantas de situação e localização, plantas baixas, cortes e fachadas), por meio de programas computacionais específicos para desenho em arquitetura: AutoCad, Arqui_3D, entre outros.

Paralelamente a coleta de dados foi realizado o estudo da bibliografia arquitetônica e histórica relacionada à temática abordada pela pesquisa, com vistas à confecção de fichamentos e análise dos dados teóricos e técnicos levantados. Também deverão ser definidos eixos temáticos definindo temas fundamentais para a sustentabilidade da cidade, estabelecendo indicadores.

A análise e discussão dos resultados envolverá a interpretação e análise dos dados tabulados e organizados anteriormente, com vistas à realização de um inventário do patrimônio histórico-cultural de Ijuí, bem como a implementação de ações no âmbito da educação patrimonial e de políticas que assegurem, conforme Gutiérrez, a continuidade dos elementos vitais para a sociedade, que tenha como uma das metas a melhoria da qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população.

¹⁸ GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

Considerando-se que o principal objetivo deste estudo é o Inventário Arquitetônico das edificações de interesse arquitetônico e cultural do município de Ijuí e, portanto, de valor significativos e passíveis de preservação, foi necessário a definição do método de catalogação e o modelo de ficha de inventário a ser utilizada. Neste sentido, as informações foram sistematizadas de acordo com o Sistema de Rastreamento Cultural utilizado atualmente pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE.

Com referência a escolha dos bens inventariados, foram observados seu valor histórico, sua relevância cultural e morfológica, bem como os valores de representatividade e de referência com um enfoque direcionado ao conhecimento, gestão e preservação.

A partir do mapeamento de alguns exemplares significativos, espera-se que o inventário da arquitetura Ijuicense, restaurar o elo existente entre a cidade e sua evolução histórica, onde também, a preservação da paisagem urbana seja vista como um bem representante das raízes da identidade cultural desta população.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os bens materiais e imateriais muitas vezes deixam de ter o devido reconhecimento por parte da sociedade pela falta de conhecimento do valor dos mesmos, nos impedindo até de zelar por sua preservação. Nesse sentido, a análise e discussão dos resultados envolverá a interpretação e análise dos dados tabulados e organizados anteriormente, com vistas a realização de um inventário do patrimônio histórico-cultural de Ijuí, bem como a implementação de ações no âmbito da educação patrimonial e de políticas que assegurem a continuidade dos elementos vitais para a sociedade, que tenha como uma das metas a melhoria da qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população.

Neste contexto, entende-se que a Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis, de maio de 2007, e mesmo a futura carta de intenções a partir da Rio+20, devem ser consideradas em suas recomendações, a fim de que se tenha maiores recursos a abordagens de políticas de desenvolvimento urbano integrado.

A identificação, a classificação e o cadastramento do patrimônio artístico e arquitetônico localizado, em grande número, no centro geográfico do município de Ijuí, buscam suprir uma lacuna no conhecimento sobre o patrimônio da cidade e da região.

A partir do mapeamento de alguns exemplares significativos, espera-se dar início a um processo que nos conduza a um futuro inventário da arquitetura Ijuicense, na busca do elo

existente entre a cidade e sua evolução histórica, onde a preservação da paisagem urbana seja considerada de maneira sustentável e como um bem representante das raízes da identidade cultural desta população.

Relativamente aos critérios de seleção das edificações a serem inventariadas, o primeiro recorte feito na pesquisa levou em consideração o fator cronológico em um período de cinquenta anos: de 1890 – data de fundação da colônia de Ijuhy a 1940 – período que compreende a “fase heróica” (1930-45) do movimento modernista na arquitetura brasileira, selecionando dezesseis (16) edificações significativas no contexto urbano da cidade.

Com o aprofundamento dos estudos, ampliamos o recorte, avançando até o ano de 1960, uma vez que a arquitetura modernista – principalmente nas cidades mais distantes dos centros urbanos. Desta maneira, também foi ampliado para vinte (20), o número de edificações inventariadas no projeto. A delimitação deste período justifica-se pelo fato de que nele encontra-se a maioria dos exemplares arquitetônicos do município que devem ser preservados, com características marcantes da arquitetura Eclética (historicista), Art Déco e Moderna.

Neste contexto, tal qual Ginzburg¹⁹, também fundamentamos nossa investigação à procura de “sinais”, “pistas” ou “indícios” – reveladores acerca dos fenômenos da realidade, voltando nossa atenção a dados locais e característicos, buscando nesta especificidade, aspectos gerais, universais. Particularmente, em nosso caso de estudo, buscamos nas manifestações arquitetônicas de Ijuí, reflexos dos modelos arquitetônicos tradicionais.

Também, a partir das reflexões e análise de Argan²⁰ sobre a arquitetura como disciplina independente e suas relações com a cultura e com a memória – individual ou coletiva –, buscamos um aprofundamento em nosso referencial teórico, como forma de selecionar com maior propriedade e critério as edificações inventariadas. Nestes argumentos, consideramos as possíveis relações das edificações selecionadas com a memória coletiva da cidade, bem como pela sua importância histórica, social e arquitetônica.

¹⁹ Carlo Ginzburg é historiador e antropólogo de origem italiana e um dos pioneiros do estudo da *microhistória* – escola historiográfica que reduz a escala de observação, notabilizando fatos relevantes que são ignorados dentro de um contexto construído de forma generalizadora. Seu *método indiciário* constitui o indiciarismo como ferramenta de pesquisa – um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios.

²⁰ O italiano Giulio Carlo Argan (1909-1992) foi historiador e teórico da história da arte. Entre suas obras merece destaque *História da arte como história da cidade* e seus estudos da década de 50 sobre *Bruneleschi*, *Gropius* e a *Bauhaus*.

4. CONCLUSÃO

Ao considerar-se a arquitetura produzida entre os anos de 1890 e 1940, verifica-se que a arquitetura brasileira desenvolveu-se em meio a um complexo processo cultural, e os arquitetos imigrantes e brasileiros sempre contribuíram para a ruptura das formas e estilos consagrados.

Ainda que os exemplares de arquitetura selecionados apresentem características de estilo predominantes na Europa, percebe-se nos mesmos alguns traços vernaculares fortalecendo ainda mais a idéia de que as ações de preservação, além de estabelecer diretrizes de planejamento ressaltam os bens considerados importantes para a constituição da identidade de um povo.

Com a realização do inventário, considerado analiticamente a partir de suas dimensões histórica, sócio-cultural, urbanística e arquitetônica, pretende-se contribuir significativamente ao subsídio de uma política de preservação e por conseqüentemente à futuras intervenções adequadas, tanto na área central como em outras zonas do município.

A partir das reflexões feitas, entendemos o inventário como um instrumento a serviço da política de preservação. Assim, ele estará cumprindo de forma concreta, seu papel no município, na defesa de seus costumes, de suas riquezas – artística, arquitetônica e escultural, de suas reservas ambientais, bem como sua memória histórica.

O presente inventário deve objetiva o esclarecimento de algumas diretrizes que possam servir como ações viáveis para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Ijuí. De forma mais ousada, enumeramos algumas metas para sua preservação, bem como para o desenvolvimento sustentável do município.

Além do que objetivamos acima, lembramos que o inventário realizado também pretende servir a uma política educacional, bem como, em um âmbito mais abrangente e a um prazo mais longo, atentar para a necessidade vital de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural imaterial, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico do município.

Por fim, considerando a dinâmica das transformações espaciais da cidade, evidenciadas também pela diversidade estilística de suas edificações, torna-se também urgente a adoção de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais que compõe o patrimônio cultural, bem como trata-se de reverter o atual modelo de cidade, integrando-a aos instrumentos de gestão urbanística, considerando-se princípios da sustentabilidade, dentro de uma nova perspectiva para o planejamento ambiental voltado à soluções de problemas de

exclusão social, mobilidade urbana, mudanças climáticas, entre outros.

REFERÊNCIAS

- Canez, A.P. **Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre/Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 1998. p. 16.
- CREMONESE, Dejalma. **Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí – RS**. 2006, 265f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- GUIMARAENS, C. Disponível em www.mre.gov.br. Acesso em 29 de abril de 2005.
- LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- MARQUES, Mario Osorio e GRZYBOWSKI, Lourdes Carvalho. **História visual da formação de Ijuí**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1990.
- MINDLIN, H. E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000. p. 25-6.
- MIRANDA, S. M. **Cataguases: Um olhar sobre a modernidade**. Disponível em www.tratosculturais.com.br. Acesso em 24 de abril de 2005.
- WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: Unijuí, 2002.
- WEIMER, Ghunter. **A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul**, in FABRIS, Annateresa (org.). **Eclétismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1987.